



DIREITO A INCLUSÃO EDUCACIONAL NA MODALIDADE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: REFLEXÕES NECESSÁRIAS

Autor (1): OLIVEIRA, Khomar Tander's

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

khomartanders13@hotmail.com

Co-autor (2): BARRETO, Raisia Queiroga.

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

rsqueiroga92@gmail.com

Co-autor (3): REGO, Janielle Kaline.

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

janielekaline@hotmail.com

Orientador (4): Verônica Pessoas da Silva

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

veronicapessoajp@hotmail.com

RESUMO: A Escola, atualmente, consolida-se como ambiente propício ao desenvolvimento econômico através da educação. Para isto, faz-se necessário que este cenário seja palco de inclusão social para todos (as). Partindo disto, a gestão educacional busca evidenciar seu papel de indicador de efetivação de políticas para o campo inclusivo, por isso a Educação de Jovens e Adultos constitui-se como construção de práticas pedagógicas para a participação social e da constituição de uma nova consciência para os profissionais, em especial os que compõem a área de educação. O referido trabalho utilizou a pesquisa do tipo exploratório-qualitativa e bibliográfica/documental. Consideramos as dificuldades e avanços adquiridos pelos envolvidos no processo educacional, salientando que esta é uma visão pedagógica pertencente a um campo de conhecimento em permanente mudança vinculada a EJA. Neste percurso, assumimos como principais objetivos: a) Propiciar conhecimento teórico acerca da inclusão educacional frente as concepção de gestão escolar; b) Focalizar o ensino enquanto inclusão educacional acerca da EJA. Foram consultados livros sobre políticas públicas, Gestão e Educação Inclusiva, documentos como LDB, a Constituição Federal e a Declaração dos Direitos Humanos, com vistas a analisar o planejamento de propostas pedagógicas de trabalho, para a fundamentação teórica foram estudados autores como: Freire (1996), Gadotti (2006), Machado (1998) e Luck (2012). Sendo assim, através das leituras teóricas buscou-se fazer uma análise reflexiva dos resultados obtidos frente as reflexões evidenciadas pelas autoras do presente artigo. O trabalho foi desenvolvido a partir de discussões acadêmicas visando a aquisição do saber escolar inclusivo e a efetivação dos direitos humanos.

PALAVRAS-CHAVE: EJA; Inclusão Educacional; Gestão Escolar.

INTRODUÇÃO

A Escola, atualmente, consolida-se como um ambiente propício para o desenvolvimento econômico através da educação, para isto, faz-se necessário que este cenário seja palco de inclusão social para todos (as), partindo disto, a gestão educacional busca evidenciar seu papel de indicador de efetivação de políticas para o campo inclusivo. Por isso a Educação de Jovens e Adultos constitui-se como construção de práticas pedagógicas para a participação social e da constituição de uma nova consciência para todos os profissionais, em especial os que compõem a área de educação.

Pensando nisto, a gestão educacional precisa levar em consideração o modo como a não inclusão educacional se dá em um envolvimento no meio educacional na construção da identidade de nossa nação e na constituição da negação do direito, esta questão se impõe a partir do momento em que cessamos em admitir que as diferenças constituam um estatuto hereditário.

Por isso, a Educação Inclusiva na modalidade da EJA procura atender a diversidade e favorecer o enfrentamento de questões sociais inerentes a sociedade. Também busca perceber e atender as necessidades educativas individuais e coletiva, de forma a promover a aprendizagem e a sustentabilidade na dimensão do multiculturalismo, com vistas a prerrogativa da Constituição Federal dispõe em seu artigo 5º, caput, sobre o princípio da igualdade, em que diz que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

Nesse sentido o trabalho desenvolvido tem por objetivos, propiciar conhecimento teórico acerca da inclusão educacional frente as concepção de gestão escolar e focalizar o ensino inclusivo crítico educacional acerca da EJA. Para isto utilizamos como aporte teórico livros sobre políticas públicas, Gestão e Educação Inclusiva e documentos como a Lei de Diretrizes e Bases e a Constituição Federal do Brasil, com vista para planejamento de propostas pedagógica de trabalho.

Abordamos autores cujos estudos versam sobre as perspectivas da educação com vistas para a inclusão. Neste sentido, a trajetória da EJA e as concepções de gestão educacional para a fundamentação teórica como Freire (1996) que discute a educação popular numa perspectiva de que a escola é lugar se encontra, sobretudo gente, que trabalha e estuda, segundo nosso Freire (1996, p.9), “escola é o lugar de gente”. Baseando-se na tese da educação libertadora e autônoma, como uma pedagogia cidadã com vínculos na esfera pública em âmbitos distintos contribuindo com a linha de pensamento em que o Gadotti (2006) trabalha, sobre a teoria e prática da EJA em



consonância com a Machado (1998) em que traz toda a discussão e trajetória do ensino da EJA em nosso país e por fim tem a Luck (2012) que se propõe aos estudos da gestão educacional, fazendo reflexões referentes a aspectos básicos a sua prática de trabalho pelo viés das múltiplas dimensões da educação.

Para um melhor entendimento conceitual, convém analisar a trajetória do programa Educação Solidária nos anos de 1990 como ideia direcionada também para o ensino de jovens e adultos e, por outro lado, como sistema de governo. No caso da EJA no Brasil consiste em formar, qualificar e requalificar mão-de-obra para o mercado de trabalho capitalista.

Na democracia educacional o fato é que as propostas neoliberais têm redimensionado sua atuação na educação, podendo ser caracterizada por seguir, rigorosamente, as orientações de organismo internacionais de financiamento como o Banco Mundial, que de forma genérica aprisiona a EJA em seu discurso politizado como um modo de vida - social ou moral.



METODOLOGIA

Para realização deste artigo será empregado um estudo baseado em uma pesquisa exploratório - qualitativa, de cunho bibliográfico e documental, com discussão e resultados pautados em autores que procuram explicar o contexto da Educação Inclusiva, voltados para o ensino de jovens e adultos e a Gestão Educacional, deparando-se com os desafios que a contemporaneidade nos impõe.

No que concerne à pesquisa exploratória – qualitativa esta tem caráter de aprimoramento de ideias proporcionando maior familiaridade com o problema estudado e, de acordo com Gil (1946) embora o planejamento da pesquisa exploratória seja bastante flexível, na maioria dos casos assume a forma de pesquisa bibliográfica ou de estudo de caso.

No que se refere aos estudos bibliográficos, foram realizadas leituras de livros e artigos científicos destinados aos profissionais que lidam com as necessidades especiais em campos pedagógicos com consultas a fontes nacionais e internacionais e sobre as concepções de gestão educacional.

Quanto à análise documental, em que se busca fazer um apanhado sobre o que de fato acontece na realidade, o que tais documentos estudados objetivam, esta consistirá no estudo da Lei

de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei nº 9394/1996) que tem a finalidade de assumir seu caráter de indicador de opções políticas, sociais e culturais na educação brasileira e por fim a Constituição Federal que se constitui por eixos norteadores pelo coletivo e individual, em que expressam responder o seu papel de indicador de políticas sócio culturais e as necessidades de referências nacionais, integrando a efetivação da realização da cidadania e direitos/deveres.

GESTÃO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O tratamento discriminatório não é só um efeito do passado, ele é um componente importante na construção dos problemas atuais, o que está em jogo é a necessidade de moralizar e respeitar a classe operária que compõe mais de um terço da população mundial.

Este é um embate que não se restringe a educação inclusiva, mas que se alastra de forma rápida e silenciosa em diversos setores, inclusive o político. O presente artigo traz a questão de saber se a sociedade brasileira conservou, reciclando, um determinado traço de tratamento do passado que dispensa uma parcela de sua população, partindo disto, observamos que o atual cenário da sociedade nos traz a imposição da exclusão de várias parcelas de nossa nação que compõe a identidade do povo brasileiro e sendo assim os desqualifica a educar suas futuras gerações dentro dos seus valores multiculturais.

Desta forma, para atender as demandas da sociedade contemporânea, a escola, deve promover a democratização do ensino e a politização não apenas de seus alunos, mas também de toda a sociedade envolvida ou influenciada pelas ações educativas oriundas dessa instituição. Nesse sentido, a escola deve investir na formação de sujeitos críticos que sejam comprometidos com a justiça social e a solidariedade humana, tendo em vista a aplicação da cidadania, da autonomia e do diálogo reflexivo como eixos norteadores das ações educativas.

Vale salientar que muitas escolas adotam um modelo de gestão participativa e democrática que incorporam aos seus princípios as lutas dos movimentos sociais, o que contribui significativamente para a superação das atitudes excludentes e segregadoras que dificultam a efetivação da inclusão no ambiente escolar. Portanto, o ideal de gestão escolar abrange um princípio pedagógico mais ampliado, abordando o acolhimento da diversidade, ou seja, considerar a as individualidades dos sujeitos, o que abrange também aqueles que são portadores de algum tipo de deficiência.



Partindo da abertura de que a escola deve estar preparada para efetivar uma educação para as diferenças, ou seja, uma educação multicultural, a respeito disso Libâneo (2001), assegura que:

Uma educação multicultural requer que as decisões da equipe escolar sobre objetivos escolares e organização curricular reflitam os interesses e necessidades formativas dos diversos grupos sociais existentes na escola (a cultura popular, o urbano e o rural, a cultura dos jovens, a cultura de homens e mulheres, brancos, negros, das minorias étnicas, dos alunos com necessidades especiais). (LIBÂNEO, 2001, p. 49)

Dessa forma, as novas políticas educacionais defendem a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, tendo em vista que o princípio de gestão democrática visa a melhoria da qualidade educacional e das políticas públicas que se articulam com as diretrizes nacionais contempladas por todos os níveis de ensino, modalidades e etapas educacionais. Sendo assim, é preciso frisar o esforço que parte das políticas públicas para universalizar o ensino, e assim poder atender as necessidades educativas dos indivíduos dentro da dimensão inclusiva do ensino.

Nesse sentido, o currículo deve ser considerado como fator fundamental para o sucesso do processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, tendo em vista, que o mesmo deve levar em consideração a diversidade das relações no contexto escolar, sendo ele o ponto de partida para a construção de situações educativas para inclusão dos alunos. Dessa forma, entende-se currículo como uma projeção dos modos de vida, das diversas culturas e situações integrantes do seu contexto escolar.

Portanto, a questão da inclusão no ambiente escolar é fator que está atrelado a questão de uma gestão educacional de caráter democrático de direitos, autonomia e participação, levando em consideração que a mesma dará os direcionamentos sobre as situações de atuação pedagógica para a formação de sujeitos críticos e politizados que possibilita a superação dos (pré) conceitos, medos, atitudes excludentes, características da sociedade ao longo do tempo.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA.

No curso de sua história da educação brasileira, a década de 1990, na EJA, foi à época em que emergiram diversas inúmeras iniciativas através de várias parcerias, bem como ocorreram articulações entre diversos segmentos sociais, como organizações empresariais com o Sistema “S”

(SENAI, SENAC, SESC, SESI) a fim de discutir em nível nacional a política da Educação de Jovens e Adultos.

Assim, em 1989, reacendendo as esperanças de todos perante a promulgação da constituição de 1988, o artigo 60º das disposições gerais e transitórias na promulgação, o governo se encarregava de erradicar o analfabetismo em 10 anos. Subsidiando essa ideia houve a criação de uma comissão composta por especialistas em educação que desenvolveram ou vinha desenvolvendo pesquisas/trabalhos no que se refere à EJA. E o responsável por essa organização foi a Fundação Educar.

O país ainda participou de conferências onde os nove países mais populosos e com o maior número de analfabetos firmaram metas para a Educação de Jovens e Adultos. O Brasil também participou de Conferências Internacionais da Educação em Paris (1985) e Nova Délhi (1993) e reafirmou compromissos assumidos anteriormente. Desse modo em, 1994, o governo brasileiro “por meio da Conferencia Nacional de Educação para Todos fez uma mobilização de todos os Estados e mais de 300 Municípios que se colocaram a disposição para um esforço nacional no setor.” (GADOTTI, 2003, p.1).

Na V Conferência Internacional de Educação de Adultos da UNESCO (Hamburgo, 1997), o Brasil reafirmou os compromissos antes firmados para cumpri-los, porque “embora figurasse entre os dez maiores Produtos Internos Brutos (PIBs) do planeta, apresentava desconfortáveis índices de analfabetismo e de pessoas com baixa escolaridade.” (GADOTTI, 2003, p.1). Foi nessa mesma Conferência que o nosso maior educador o Paulo Freire foi homenageado com a “Década Paulo Freire de Alfabetização”.

A discussão sobre o Ano Internacional da Alfabetização foi realizada, em 1990, ano definido pela UNESCO. Durante esse processo foi criado a Comissão Nacional para o Ano Nacional da Alfabetização (CNAJA), que acaba deixando de existir com a extinção da Fundação Educar, pelo então presidente da república Fernando Collor de Melo. Collor atende as reivindicações que o país sugere e lança o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) que pretendia reduzir em 70% o numero de analfabetos em cinco anos.

O Ano Internacional da Alfabetização proporcionou bases legislativas à luta política pelo EJA e, inspirou muitas discussões e proposta a respeito da erradicação do analfabetismo. Com o “Impeachment” do presidente Collor, o seu vice, assume o cargo e o problema, Itamar, que busca no discurso de moralização da política do país uma recomposição da opinião pública no que se refere ao EJA.

A maioria desta jogada de marckentig, esteve associada à implementação de um programa sistemático, que pretendia garantir não apenas a alfabetização, mas o Ensino Fundamental para jovens e adultos, é neste ponto da história que nasce o documento de Diretrizes para uma Política de Educação Nacional para Jovens e Adultos.

À luz do alto comissariado da temática, nasce em 1994 o documento de Leis de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), contudo, pode se falar em direitos educacionais, inerentes a população brasileira, que contemplam grupos que foram sistematicamente excluídos ao longo da trajetória da educação em nosso país.

Dentro desse quadro de desigualdades educacionais, um Projeto de Lei para uma nova LDB foi encaminhado à Câmara Federal, pelo Deputado Octávio Elísio, em 1988. No ano seguinte o Deputado Jorge Hage enviou à Câmara um substitutivo ao Projeto e, em 1992, o Senador Darcy Ribeiro apresenta um novo Projeto que acabou por ser aprovado em dezembro de 1996, oito anos após o encaminhamento do Deputado Octávio Elísio, ainda em 1996, acontece à promulgação da Lei Darcy Ribeiro (Lei nº9394/96) e a implementação do Programa Alfabetização Solidária.

É perceptível que a EJA ficou nas margens periféricas no que se refere à LDB nessa época, pois foi reduzida basicamente a cursos e exames supletivos. Tal estado de apostasia, fez com que houvesse um incentivo aos jovens ao abandono das classes regulares de ensino e mergulhem numa atitude de descrença e alienação.

Com o amadurecimento das discussões Sobre a Educação de Jovens e Adultos construídas na década de 1990, segundo Sérgio Haddad e Maria Clara Di Pierro (2000) e João Francisco de Sousa (2003), favorece nos anos 2000 determinações legais promulgadas em 10/05/2000 o documento relacionado as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação, onde segundo BRASIL (2000): “As diretrizes ressaltam a EJA como direito, deslocando a ideia de compensação e substituindo-a pelas de reparação e equidade”. “Para a realização de exames, normatizam sua oferta para maiores de 15 anos para o ensino fundamental e maiores de 18 para o ensino médio”.

Os ideais da EJA eram traduzidos pelos novos discursos do Programa Alfabetização Solidária. O Programa Alfabetização Solidária priorizava a alfabetização dos municípios que possuísem os maiores índices de analfabetismo, norte e nordeste, para que os mesmos pudessem chegar a média nacional. O programa funcionava com a seleção e capacitação de alfabetizadores no prazo de um mês, feito isto, iniciava as aulas que deveria se dar em cinco meses. A universidade era a responsável de selecionar, capacitar e avaliar os alfabetizadores, tendo um encontro mensal no

município de sua responsabilidade. O MEC era o responsável pelo fornecimento de material de apoio e seleção de coordenador do município. A empresa parceira era responsável pelo pagamento das bolsas dos alfabetizadores, coordenadores e alimentação dos alunos. Os municípios viabilizavam o espaço físico e mobilizavam os alunos.

A comunidade solidária coordenava e articulava as ações do programa. Isto tudo era muito bonito no papel, mas, na realidade, as secretárias municipais de educação e a estrutura física local não passavam de meros expectadores, pois os alfabetizadores, sequer, podiam atuar nas turmas mais de um módulo, as universidades terminavam por fazer um péssimo acompanhamento à distância, pelas condições de comunicação e não conhecimento da realidade regional e a falta de articulação do programa a uma proposta mais ligada a teor da Educação de Jovens e Adultos.

Um ponto importante a ser destacado é que esse programa contradizia tudo que fosse referente ao EJA. Um verdadeiro movimento contraditório no que diz respeito à educação brasileira. O processo educacional esta sempre em construção. Isso significa libertar a EJA de seu discurso politizador e perceber que foi nos anos 1990 em que o MEC a desconsiderou, intencionando explorar um direito a complexidade jeito mais fácil de desenvolver o sistema capitalista em nosso país. Fazendo uma pequena retrospectiva de algumas campanhas realizada na década de 1990, temos:

Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania – PNAC (1990, Governo Fernando Collor de Mello); Declaração Mundial de Educação para Todos (1993, assinada pelo Brasil em Jomtien, Tailândia); Plano Decenal de Educação para Todos (1993, Governo Itamar Franco); Programa Alfabetização Solidaria (1997, Governo Fernando Henrique Cardoso). (COSTA, 2001, p.67)

Ainda ao mesmo tempo em que as Políticas Públicas para esta modalidade iam sendo aperfeiçoada, a comunidade educacional passou a ser ouvida acerca da educação destinada a jovens e adultos analfabetos, e o “Ministério da Educação e do Desposto (MEC), em 1999, por meio de sua Coordenadoria de Educação de Jovens e Adultos (COEJA), se reuni com responsáveis desta modalidade e apresenta a Câmara um pedido de audiência pública a fim de discutir sobre a demanda e de uma resposta mais estruturada”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desta discussão que expomos aqui, a Educação de Jovens e Adultos nos anos 1990 ganhou ênfase nos movimentos sociais, que não pode dissociar-se da Educação Popular. É importante ter em vista que vivemos em uma sociedade em que a educação é centrada na dominação do capitalismo.

Por outro lado, compreendemos que levar a modalidade de educação da EJA às camadas populares que trabalha com uma prática pedagógica pode gerar possibilidades e resultados positivos, neste sentido, pode-se dizer que o aluno da EJA busca na escola um desenvolvimento social, numa sociedade em que impera a valorização do conhecimento centrado na produção do desenvolvimento político econômico do país sem levar em consideração a qualidade da comunidade escolar em questão, esta mesma que deve contribuir para o desenvolvimento da autonomia bem como o aumento no grau de consciência política dos cidadãos.

Por isso, entendemos que a educação é um direito humano universal e que diante disso os ideais de Paulo Freire ganharam dimensão social, quando em 1996 a alfabetização de adultos juntou-se aos movimentos sociais, desde então lutamos por uma educação libertadora que possa de fato transformar a realidade social de forma autônoma.

Ressaltamos aqui, que o critério de discriminação não é biológico, ele é um fenômeno social, que reside nas diferenças culturais, o que temos em mente é que no seio de uma nação existem traços obscuros de uma formação social, que condena as condições de realidade nas periferias e é traduzida no contexto educacional, aos gritos silenciados pela mídia, no Brasil, a cor da pele, a idade, o gênero ou a condição social (financeira) deflagram a rejeição dos demais, a discriminação coloca a concepção que temos de cidadania como um desafio a realidade imposta nas periferias e guetos.

Medidas socioeducativas vêm sendo implementadas, porém, a questão ao qual temos que nos ater são as precauções a tomar para que a discriminação positiva não se transforme em discriminação negativa, como por exemplo, a política afirmativa das cotas universitárias que vem sendo muito questionada e discutida por todos, pois sua denegação a condena. A viabilização da elaboração de medidas para uma sociedade pluricultural ainda se faz presente na Brasil, porém, com a restauração de medidas de inclusão é o que se vem buscando, o exercício de uma cidadania política e social plena, e fazer juiz ao slogan: Ordem e Progresso.

REFERÊNCIAS

- MANTOAN, Maria Teresa. *Igualdade e diferenças na escola: Como andar no fio da navalha*. In: M.T.E MANTOAN; R.G. PIETRO (Orgs.). *Inclusão escolar: portos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2006.
- BEZERRA, Kassandra Queiroga. *DEFENSORIA PÚBLICA, EJA E PARTICIPAÇÃO POPULAR: Um estudo com os alunos da EJA da Escola Olívio Ribeiro Campos no Município de João Pessoa – PB*. Universidade Federal da Paraíba – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Monografia (Graduação em Serviço Social). João Pessoa, 2013, 97 p.
- BRASIL, Secretária de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1997, (Volume 1).
- BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. *LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. – 5ªed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.
- CARVALHO, Rosita Elder. *O Direito de Ter Direito*. In: Salto para o futuro. Educação Especial: Tendências atuais/ Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEEP, 1999.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. *Educação de jovens e adultos: Teoria, prática e propostas*. 8ªEd. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2006.
- GALLIANO, A. Guilherme. *O método científico: Teoria e prática*. São Paulo: Editora Harper & Row Brasil Ltda.
- GIL, Antônio Carlos. *Como Elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2006.
- Lei nº49, 30 de Agosto de 2005 (2005). Segunda alteração à Lei de Bases do sistema Educativo e primeira alteração à Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior. Disponível em: http://min-educu.pt/np3content/?newsId=1224&fileName=lei_49_2005.pdf. Acesso em 19 agos.2016.
- LIBÂNEO, José Carlos. O sistema de organização e gestão da escola. In: LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e Gestão da Escola: teoria e prática*. 4.ed.Goiânia: Alternativa, 2001.
- LUCK, Heloísa. *Concepções e processos democráticos de gestão educacional*. Série cadernos de gestão.Ed.8.Petrópolis, RJ: Vozes, 2012 .
- MACHADO, Maria Margarida. **A trajetória da EJA na década de 90: Políticas públicas sendo substituídas por solidariedade**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 21. Caxambu. São Paulo: ANPED, 1998. Disponível em: < <http://forumeja.org.br>> acesso em: 10 de agos. de 2016.



OLIVEIRA, Luzia de Fatima Medeiros de. *Formação docente na escola inclusiva: diálogo como fio tecedor*. Porto Alegre: mediação, 2009.152p.

RUDIO, Franz Victor. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. Petrópolis: Vozes, 1986.

